

DISSERTAÇÕES

Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo em 2015

Envelhecimento Populacional e o Surgimento de Novas Demandas de Políticas Públicas em Viana/ES.

Anderson Silva Oliveira

RESUMO

Na área das políticas públicas, mais pessoas alcançando idades mais elevadas e vivendo por mais tempo ampliam as demandas por serviços públicos, criam novas necessidades e exigem dos municípios a oferta de um atendimento mais eficiente e mais amplo que possibilite aos idosos, condições favoráveis para que os mesmos tenham uma velhice saudável e ativa.

Com o objetivo de prestar uma contribuição para que os idosos tenham uma qualidade de vida cada vez melhor, foi desenvolvida essa pesquisa que caracteriza o envelhecimento em Viana, município com 7,8% de idosos e que identifica as novas demandas de políticas públicas que surgem atreladas ao aumento da participação dos idosos na população total.

A realização de entrevistas a profissionais ligados a prefeitura municipal, a representantes da sociedade civil que desenvolvem ações com idosos e finalmente a moradores de mais de 60 anos, contribuíram para identificar as principais necessidades do grupo etário de 60 anos ou mais. As maiores carências segundo os idosos entrevistados são o atendimento de saúde e as opções de lazer.

Maiores discussões, realização de pesquisas e de campanhas educativas contribuirão para acabar com o ainda enorme preconceito existente no Brasil que não atribui ao cidadão idoso o seu real valor e significação.

Monopolização e R-Existências: A Educação do Campo na Territorialidade Camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

Angelo De Sousa Zanoni

RESUMO

O avanço da colonização sempre esteve ligado à modernização. No pensamento e no discurso colonizador, é sempre necessário ocupar os “vazios demográficos”, tornar a “região estagnada” em produtiva e econômica. No entanto, o discurso do atraso não atingiu todos os povos do campo e, diferentemente daqueles que preveem o fim do campesinato, este trabalho pretende mostrar seu potencial de recriação e invenção, sejam nas práticas cotidianas, sejam nos movimentos sociais. Diante disso, esse trabalho objetiva investigar a gênese da atual estrutura agrária do noroeste do Espírito Santo, bem como os movimentos de territorialização de povos para esta área como consequência da expansão colonial até os meados do século XX. A partir daí, novas transformações ocorrem neste território, relativas ao desenvolvimento do capitalismo numa escala mundial, sobretudo pela via da industrialização. Este processo atinge diversas localidades, inclusive o noroeste

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015
ISSN 2175 -3709

do Espírito Santo e, novamente, trouxeram novas territorialidades capitalistas ao campo as quais mostram o caráter colonial do que se chamou de modernização agrícola. No norte do Espírito Santo, esta modernização se fez através da territorialização capitalista por meio dos latifúndios, principalmente no litoral e extremo norte capixaba, bem como através do monopólio da produção camponesa nas áreas predominadas por pequenas propriedades. O café, nesta ocasião, continua a ser a mercadoria chave deste processo. Acontece que esse processo não se dá de forma evolutiva e linear, pois, ao mesmo tempo, aparecem reações e movimentações de povos que resistem a esse processo de modernização, que os subjagam como colonizados. Essa resistência está basicamente ligada à autonomia que os camponeses possuem e que os possibilitam negar ou se apropriar dos instrumentos capitalistas, mas a partir de outras relações produtivas. Nesse caso, a educação do campo se torna uma estratégia central para o fortalecimento dessa territorialidade campesina. Através da pedagogia da alternância, a escola consegue se colocar para além dos muros, promovendo um ensino mais próximo das comunidades camponesas. O Centro Familiar de Formação em Alternância (CEFFA) do Bley será tratado neste trabalho como um agente potencial para o fortalecimento da territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

Propriedades Fundiárias e o Risco de Incêndios em Unidades de Conservação de Guarapari-ES.

Bruno da Silva Rossi

RESUMO

O trabalho discutiu as relações que se estabelecem entre os interesses fundiários e imobiliários e os incêndios florestais que ocorrem recorrentemente no Parque Estadual Paulo César Vinha e na Área de Proteção Ambiental de Setiba, em Guarapari, Espírito Santo. A questão que orientou a pesquisa girou em torno dos motivos que levam a área de estudos a sofrer grande quantidade de incêndios florestais e, além disso, buscou compreender como a propriedade fundiária e os interesses imobiliários atuam nesse processo. Este trabalho compreendeu, a partir do cruzamento de diversas informações, que há uma relação direta dos proprietários de terrenos, empresas imobiliárias e corretores de imóveis e os incêndios que ocorrem na APA e no Parque. A interpretação do processo girou em torno do sentido que permeia a propriedade da terra na contemporaneidade, bem como as Unidades de Conservação. Constatou-se que, no geral, os interesses rentistas são potencialmente perigosos no que se refere aos incêndios, tendo em vista que o vínculo entre o proprietário e o local é mediado apenas pela lógica do lucro. Também foi percebido que grande parte das vezes as populações do entorno não se relacionam com o Parque e tampouco enxergam a APA como espaço de conservação. Associado a isso, a relação do Parque com o entorno ocorre apenas no sentido de se fiscalizar, tornando os moradores sempre estranhos e, em última instância, potencialmente perigosos. Contudo, constatou-se que os locais que mais pegam fogo são áreas loteadas e pouco adensadas, fato que sugere que não são os moradores os reais problemas, mas os terrenos que, por conta de uma racionalidade capitalista, funcionam como reserva de valor e capital fictício potencialmente rentável, tendo em vista a valorização futura da terra. Por fim, o trabalho entendeu que as ações do Parque e do Programa Estadual de Prevenção a Incêndios do Espírito Santo – Prevines, não têm atacado o problema das queimadas na essência, que seriam as questões fundiárias e imobiliárias, mas focam sempre no combate a um incêndios que já se supõe inexorável. Tal conformismo gera sempre gastos com equipamentos, bem como com combates a grandes eventos de queimadas, afetando diretamente os cofres públicos, o meio ambiente, os seres humanos e a biodiversidade.

Transformação de um espaço urbano: o caso do bairro Morada da Barra - Vila Velha/ES - Brasil.

Eder Lira

RESUMO

Investiga os padrões de segregação e diferenciação sócio-espacial no bairro Morada da Barra, no município de Vila Velha, do estado do Espírito Santo, partindo do princípio de que espaços são fragmentados e reforçam a segregação sócio-espacial influenciados pelo contexto econômico e social.

Como metodologia, a história oral possibilitou conhecer o contexto que abrange a gênese e evolução, e a identificação de três períodos distintos no processo de formação do bairro.

Além disso, à ida a campo, análise de mapas e documentos viabilizou a descoberta de diversos agentes envolvidos no processo de transformação da região e processos segregatórios distintos em cada uma das três fases, que foram divididas cronologicamente em: loteamento, ocupação e formação de um bairro.

Concluiu-se que diversos fatores motivaram cada uma das fases, assim como o papel dos agentes em cada etapa, em especial a iniciativa privada, o Estado e os grupos sociais.

Potencial de Inundação na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu/ES, por Meio de Parâmetros Morfométricos e Índices SL.

Edimundo Almeida da Cruz

RESUMO

O método morfométrico aplicado ao diagnóstico de inundações tem sido utilizado desde longa data, apresentando resultados satisfatórios, sobretudo na caracterização dos sistemas hidrográficos (bacia hidrográfica, vertentes, canais fluviais, etc).

A pesquisa aplicada à bacia hidrográfica do rio Jucu, possibilitou a caracterização dos indicadores geométricos (zonais, lineares e hipsométricos) relacionados à forma, arranjo estrutural, interação com vertentes e rede de drenagem, com vistas ao diagnóstico das áreas suscetíveis à inundação.

A espécie SL (Índice de Hack), enquanto variante do gênero morfometria, derivada deste último, revestiu-se de amplo embasamento conceitual acerca da dinâmica fluvial das bacias hidrográficas, com fulcro na gênese e evolução das paisagens, objeto ontológico da ciência Geomorfológica.

A comparação entre o SL e os demais índices e parâmetros morfométricos calculados, permite concluir que para o fenômeno inundação, o índice de Hack se mostrou mais pragmático e eficaz que os demais, desde que a interpretação deste ocorra junto com o perfil longitudinal, tendo como pressuposto os processos de hidráulica fluvial que nortearam a proposição do referido índice, Leopold et al. (1964), Hack (1973).

Os dados de campo foram de suma importância para interpretação e validação do método, ainda que nessa pesquisa a investigação tenha restringido a feições superficiais da paisagem e a pontos previamente selecionados (critério de menor valor no índice SL, bem como na razão SL/k).

Os métodos expeditos aplicados na presente pesquisa mostrou-se eficaz, pragmático e de baixo custo, para aplicação na etapa de levantamento de dados e informações, com vistas ao aprofundamento de análises hidromorfológicas mais

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015
ISSN 2175 -3709

complexas.

Espera-se que a discussão conceitual aqui redigida, possa ser útil em outras pesquisas, em diferentes contextos geomórficos, especialmente quanto à aplicação do índice SL para o diagnóstico de áreas suscetíveis a inundações.

Valorização imobiliária e reconfiguração socioespacial do bairro Glória, Vila Velha/ES.

Elizete da Neiva Moreira

RESUMO

O processo de valorização imobiliária no bairro Glória, em Vila Velha/ES, e os desdobramentos socioespaciais decorrentes, fenômenos sobre os quais a pesquisa se debruçou, manifestaram-se a partir da década de 1980 com a instalação na área de micro e pequenas indústrias de artigos do vestuário e, principalmente, com o desenvolvimento comercial, transformando uma parte do bairro, então eminentemente residencial, em um núcleo de comércio secundário. A valorização imobiliária na Glória, expressa nos preços dos produtos imobiliários, foi impulsionada pelos novos usos/funções do espaço, os quais possibilitaram o desenvolvimento do mercado imobiliário no bairro. Esse processo de valorização, contudo, não decorreu apenas das funções industriais e comerciais que o bairro passou a abrigar, mas foi produto da iniciativa de moradores locais, de comerciantes atuantes na área e de investidores imobiliários externos – capitalistas sem relações anteriores com a área –, que perceberam na instalação da atividade produtiva e comercial uma oportunidade de obtenção de rendimentos, sobretudo com o aluguel de imóveis. Ao conjunto de mudanças nas formas e funções da área estudada denominou-se de reconfiguração socioespacial. Somadas a estas categorias do método geográfico – forma e função –, a análise também considerou outras – estrutura e processo –, pois conforme defende Milton Santos (1985), são termos disjuntivos, mas associados e, portanto, devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A (re)produção do espaço na Glória, desde o período assinalado, foi comandada por interesses do capital industrial, comercial e imobiliário que, embora sendo capitais modestos, transformaram um bairro predominantemente de uso residencial em uma das áreas comerciais mais valorizadas da cidade de Vila Velha, apropriando-se de formas residenciais simples para uso comercial e industrial e/ou provocando a construção de novas formas. A valorização imobiliária se processou de modo intenso e acelerado nas duas primeiras décadas, 1980 e 1990, atingindo preços elevados no contexto municipal e alcançando, neste início de século, um limite de valorização. O fato de o tamanho físico horizontal e vertical da área ser reduzido é característico do tipo de enquadramento funcional de núcleos comerciais, neste caso um subcentro comercial, indicando uma limitação de sua atuação na escala intraurbana com manifestação no imobiliário. A compreensão da cidade, do bairro e de sua urbanização constituiu-se, para este trabalho, em recurso fundamental para o entendimento da lógica de valorização imobiliária, uma vez que o estudo da produção imobiliária não pode prescindir da compreensão do processo produtivo da construção, tampouco da urbanização.

Lazer, Cidadania e Desigualdade: Um Estudo Sobre Vitória-ES.

Fernando Domingos Vieira Sartório

RESUMO

O presente trabalho aborda, sob uma perspectiva analítica e crítica da Geografia, a temática relacionada ao lazer na cidade contemporânea, tendo como problemática a implantação desigual dos equipamentos públicos de lazer na cidade de Vitória-ES. A discussão do tema está associada ao lazer como um direito constitucional do cidadão, revelando de que maneira o Poder Público corrobora para a espacialização desigual dos equipamentos de lazer na cidade estudada. A discussão surgiu em torno da constatação de que Vitória-ES é uma cidade geograficamente dividida pelo Maciço Central, o que gera espaços diferenciados, como a orla Nordeste, rica e equipada dos mais diversos equipamentos de lazer e a orla Noroeste, voltada para a baía de Vitória e para o manguezal, marcada por grandes disparidades humanas, econômicas e sociais.

Observou-se que, durante muitas décadas, o Poder Público esteve ausente na promoção de equipamentos públicos de lazer na orla Noroeste de Vitória, o que gerou ambientes diferenciados na cidade. Enquanto isso, a orla Nordeste passou por um intenso processo de promoção de equipamentos públicos, dos mais requintados, promotores de uma valorização do solo local e da melhoria da qualidade de vida para a população ali residente. Desse modo, a dissertação pretendeu investigar as políticas públicas que estiveram atreladas à promoção de equipamentos públicos de lazer em quatro bairros específicos: Grande Vitória, Nova Palestina, Maria Ortiz e Resistência, todos localizados na orla Noroeste de Vitória. A escolha pelos bairros se deu através da detecção de que dois deles (Maria Ortiz e Nova Palestina) receberam a implantação de equipamentos públicos de lazer, tendo suas orlas reurbanizadas e o outros dois (Grande Vitória e Resistência), até a presente data, aguardam pela chegada de infraestrutura urbana de todos os tipos, inclusive de lazer.

Propriedade fundiária, os “vazios urbanos” e a organização do espaço urbano: O caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES (RMGV-ES).

Francismar Cunha Ferreira

RESUMO

O presente trabalho discute as relações entre a propriedade privada da terra, os vazios urbanos, a renda da terra e a organização do espaço urbano, tendo como local de estudo o município de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Tem como objetivo geral, compreender como que o controle da propriedade privada da terra, a valorização da terra e as estratégias de captação de renda da terra pelos proprietários fundiários em áreas rurais e urbanas implicam na organização do espaço urbano, em especial no município de Serra.

Neste sentido, a partir de uma revisão bibliográfica e de levantamento de dados primários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeitura Municipal de Serra (PMS), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e etc., buscamos compreender os aspectos inerentes a concentração fundiária, ao crescimento urbano (crescimento da população, do número de loteamentos e conjuntos ha-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015
ISSN 2175 -3709

bitacionais), a formação dos vazios urbanos e algumas possíveis estratégias de apropriação de renda da terra por proprietários de terra em Serra. Além disso, a fim de compreender detalhadamente estas questões, realizamos um estudo de caso sobre as transformações fundiárias e urbanas da fazenda Guaxindiba. Uma fazenda que se localiza no interior da área urbana de Serra desde 1978, localizada entre os bairros de Morada de Laranjeiras e Mangueiros, que teve grande parte de suas terras urbanizadas, mas ainda possui uma grande área remanescente registra como imóvel rural e que se configura como um dos maiores vazios urbanos de Serra.

Concluimos que os interesses rentistas e as estratégias de apropriação de uma maior renda da terra possível por parte de proprietários de terra sobre a propriedade da terra implicam de diversas e variadas formas sobre o espaço urbano. Uma destas implicações é a retenção da propriedade da terra, na forma de vazios urbanos, como reserva de valor. Esse processo faz com que o acesso a terra seja seletivo, possível apenas para aqueles que se encontra em condições de pagar a renda da terra. Além disso, faz com que a municipalidade tenha maiores gastos com a ampliação e manutenção da infraestrutura urbana. Este processo ainda se torna mais complexo, no momento em que se tem uma grande concentração fundiária, tanto em áreas urbanas quanto rurais como é o caso de Serra, que permite com que poucas pessoas tenham um grande poder de interferir de diferentes maneiras nos processos de expansão urbana em função de seus interesses rentistas e pela renda da terra esperada.

O Paradoxo da Cidade Monitorada: Vigilância Limitada e Espaços Públicos Fragilizados e Partir do Estudo do Sistema das Câmeras do Município de Vila Velha - ES.

Iafet Leonardi Bricalli

RESUMO

A dissertação aborda a fragilização dos espaços públicos num contexto de utilização de câmeras de vigilância, temática que será problematizada a partir da vigilância exercida pelas câmeras do município de Vila Velha – ES. Partimos da hipótese de que vivemos cercados por objetos técnicos que continuamente produzem informações sobre os sujeitos sociais e os seus espaços como forma de controle. As câmeras representam o exemplo mais conhecido desses objetos, embora sejam apresentadas pelos discursos das administrações públicas como ferramentas de auxílio à segurança. Utilizando como metodologia a observação participante para acompanhamento do trabalho realizado “por trás” das câmeras, concluimos que uma série de fatores desmistificam esses discursos: as câmeras que não são monitoradas, a ausência de manutenção dos equipamentos do sistema, os baixos salários e as condições trabalhistas daqueles que operam as câmeras, a ausência de articulação com os demais setores da prefeitura, a falta de credibilidade das câmeras com a polícia, etc. Por outro lado, ao fazermos um trabalho “na frente” das câmeras, observando o cotidiano de três áreas vigiadas, bem como entrevistando transeuntes, moradores e comerciantes, concluimos que a maneira surpreendentemente indiferente com que as pessoas lidam com a vigilância é alimentada quando descobrimos que elas não oferecem a segurança pretendida. Se as câmeras não auxiliam a segurança pública, a sua utilização tem um efeito perverso na fragilização dos espaços públicos de Vila Velha, considerando que a vigilância representa ameaças potenciais e reais às condições que o pressupõem: a pluralidade e a liberdade, pois as câmeras atualizam um estado de vigilância permanente alimentando o estigma sobre determinados grupos sociais, que, por sua vez, são os alvos favoritos da vigilância, o que permite às

câmeras, ainda, a potencial função de controle socioespacial direto (função admitida inclusive pelos cidadãos entrevistados) sobre os espaços vigiados; e a individualidade dos cidadãos, que é acintosamente violada. As câmeras, portanto, ao pretenderem garantir qualidade de vida à população (oferecendo segurança), produzem o efeito exatamente inverso.

As “Transformações” o Espaço Rural e a Atuação da Pedagogia da Alternância no Município de Rio Novo do Sul-ES.

Ildranis Laquini Moro

RESUMO

Este estudo visa analisar as transformações ocorridas no espaço rural do município de Rio Novo do Sul-ES, entrelaçando com a atuação do sistema educacional mediado pela Pedagogia da Alternância, com a qual esse município é contemplado, estabelecendo um paralelo entre a década de 60 e os dias atuais, o qual destaca que a vida rural está mudando, por isso olhar para o rural contemporâneo requer inicialmente que se atente para sua diversidade, da qual emergem possibilidades e simultaneamente preocupações, tendo em vista as novas funções que se vão consolidando e incorporando nas estratégias de reprodução de muitas das famílias que habitam esse espaço. Este trabalho enfatiza a Pedagogia da Alternância, levando em conta sua atuação em meio à dinâmica do espaço rural. Para alcançar o objetivo proposto, delineamos um plano de trabalho que buscou primeiramente realizar uma leitura e discussão bibliográfica, objetivando tanto a compreensão teórica sobre a historicidade da Pedagogia da Alternância quanto a contextualização agrária do estudo, discutindo a agricultura familiar e a pluriatividade e destacando a questão da juventude e a educação do campo. Em seguida, ocorreu um levantamento de indicadores espaciais para compreender a dinâmica rural, enfatizando alguns dados referentes à população rural e urbana do Espírito Santo e do município de Rio novo do Sul. Para a coleta de dados, procedeu-se à pesquisa de campo, a qual buscou pessoas ligadas à fundação da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul e do MEPES e às lideranças das comunidades rurais de Rio Novo do Sul, bem como alguns ex-alunos da Escola Família Agrícola, o que possibilitou entrelaçar, em seguida, o debate teórico com as questões empíricas levantadas. Entre os resultados, há a necessidade de ressignificar a Escola Família Agrícola no município e despertar um novo olhar para o rural contemporâneo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo: Uma Análise Geográfica.

Luiza Santos Alves

RESUMO

Esta pesquisa tem como fundamento a interlocução entre a Geografia e a alimentação escolar, a partir do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 nas escolas públicas estaduais do estado do Espírito Santo. Para entender a complexidade desse tipo específico de alimentação desde a produção do alimento até chegar à mesa dos escolares na hora do recreio, foi feito um caminho do processo. Esse caminho

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015
ISSN 2175 -3709

perpassa o estudo da alimentação sob o olhar da Geografia; Josué de Castro e sua importância na elaboração das políticas públicas de combate à fome no Brasil, além do histórico dessas políticas; tópicos sobre a agricultura familiar no Espírito Santo, passando pela discussão conceitual do termo; Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil; e a Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é atualmente um dos maiores programas do gênero do mundo, e sua origem remonta à década de 1940; isso quer dizer que o caminho que o Brasil vem percorrendo nessa questão é longo. E nesse caminho, em 2009, é aprovada a lei na qual este trabalho se baseia. O Artigo 14 da Lei 11.947/2009 prevê que no mínimo 30% da verba repassada para a compra de alimentos para as escolas devem ser destinadas à agricultura familiar. A Lei é posta em prática pela Secretaria de Educação do Estado em 2011, e este trabalho se apoia na Chamada Pública 001/2012 para espacializar a alimentação escolar nas escolas públicas estaduais do Espírito Santo. Para isso, a partir do conceito de Espaço como um todo, proposto por Milton Santos, foram elaborados mapas de produção e da chamada de alguns dos alimentos solicitados, além de dados como o número de estudantes atendidos naquele ano, e de estabelecimentos escolares. Também foram relacionados os dados de produção de alimentos com a estrutura fundiária do estado a fim de mostrar qual a influência das áreas mais urbanizadas com a produção de alimentos.

O OURO OU A VIDA: Cultura anfíbia como resistência à Locomotora Mineira em Caucasia (Colômbia).

Paola Carolina Tabares Sanmartín

RESUMO

Este estudo de caso tem como objetivo analisar as formas diferenciadas de produção do território das denominadas comunidades anfíbias e das empresas extrativistas do ouro de aluvião no município de Caucasia (Colômbia), e os conflitos gerados pela terra e pela água. Busca ainda entender como as comunidades anfíbias tem se pensado social e politicamente por meio de comitês e organizações, para enfrentar os problemas que afetam seus modos de vida, desencadeado pelo modelo de desenvolvimento extrativista proposto e imposto pelo governo colombiano por meio do programa denominado Locomotoraminero-energética. As comunidades anfíbias, em particular, os pescadores que se autodenominam e reconhecem como homens anfíbios, tem modos de vida que dependem da sazonalidade, de ritmos e ciclos do clima assim como das águas. Estabelecem formas de relações não capitalistas com a terra e com a água, uso coletivo da terra e de cultivos de “pan coger”, privilegiando o trabalho em grupo, sem hierarquias. As relações com a natureza envolvem os seres que habitam seus territórios tanto da terra firme, como da terra molhada e a água. Este modo de vida tem sido perturbado a partir do recorte sub-regional para a exploração e crescimento econômico estabelecido no estado de Antioquia, ao qual pertence Caucasia, e em general na Colômbia.

No contexto do plano de desenvolvimento econômico nacional focado na exploração de recursos naturais como o ouro, o incremento da exploração do ouro de aluvião tem-se intensificado no município de Caucasia, aproveitando as facilidades governamentais que se dão para o licenciamento ambiental para as empresas, a escassa fiscalização administrativa, o desconhecimento do direito à consulta prévia das comunidades atingidas. Para intensificar a implementação deste modelo de desenvolvimento, as empresas contam com a ajuda do Estado e da violência gerada por seus exércitos privados “paramilitares”, para o desalojamento forçado das comunidades, se apropriando de seus territórios.

A continuidade das práticas de pesca e de cultivo constitui uma forma de re-

sistência e persistência dos princípios que regulam seu modo de vida que contempla uma relação responsável com a água e com a terra, desencadeando tensões entre as diferentes percepções e gestões territoriais das comunidades e das empresas exploradoras do ouro de aluvião nos rios Cauca e Nechí em Caucasia (Antioquia). Recentes ações mobilizadoras das comunidades anfíbias por meio da organização social e política em comitês e associações de pescadores tem buscado juntar forças para lutar contra a destruição não só de seus meios de produção econômica, senão de seus modos de produção e reprodução social e cultural em seus próprios territórios.

A Barbárie da Modernidade. A Formação dos Estados Nacionais E uma Crítica ao Desenvolvimento Econômico.

Paulo Henrique de Souza Manasfi

RESUMO

O presente estudo propõe-se a realizar uma revisão crítica do conteúdo cultural e político-econômico do movimento cultural da Modernidade, buscando esclarecer suas origens e determinações, e contribuir desta forma com a construção teórica sempre a renovar-se da geográfica crítica. O caráter apologético das ideologias que configuram a Modernidade é um elemento constante que encaminha este estudo crítico amparado no método materialista dialético histórico-geográfico desenvolvido a partir de Karl Marx e de sua fortuna crítica. Nesta pesquisa são enfocados: as implicações da renovação crítica do cânone científico estabelecido; o processo de mistificação e ideologização necessário para o estabelecimento do Estado Nacional Moderno; o caráter quantitativista e acrítico do desenvolvimento, que mistifica a técnica e que valoriza mais a tecnologia do que a alimentação; e os conflitos territoriais subjacentes à estes processo único global. O conteúdo que aparece fragmentado no fazer-se dos capítulos que constituem o núcleo desta crítica radical intenta alcançar uma totalidade como meio e fim, e deste modo favorecer a construção de uma humanidade pós-capitalista como utopia necessária.

O Canal Campos-Macaé Como Expressão da Constituição Técnico-Científica da Configuração Territorial de Campos Dos Goytacazes/RJ.

Rafael Espinoza Gomes Roseira André

RESUMO

O presente trabalho visa problematizar a construção do canal Campos-Macaé situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, abordando os fatores responsáveis pela sua instalação sob a ótica da produção capitalista. Para tanto, adota-se a perspectiva teórica abordada em parte da extensa obra de Milton Santos, pois auxilia na assimilação da Técnica para a análise e interpretação da produção espacial. Pretende-se compreender de que maneira o processo de materialização do canal Campos-Macaé se apresenta como um elemento da constituição técnico-científica da configuração territorial de Campos dos Goytacazes, em função do processo de modernização que passava a região, o estado e a nação.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015
ISSN 2175 -3709

Nesta perspectiva o trabalho visa auxiliar no entendimento de como se deu o processo de refuncionalização do uso original do canal como hidrovia, sob controle da oligarquia rural campista e regional, se voltando para outros usos como canal de drenagem e elemento paisagístico, buscando compreender a sua relação através do tempo com a sociedade local e regional.

Espaços pluriativos da agricultura familiar em Domingos Martins – ES.

Renata Nunes Guaitolini

RESUMO

Os espaços pluriativos da agricultura familiar são caracterizados como estabelecimentos rurais, pertencentes a agricultores familiares, nos quais são desenvolvidos tanto atividades agropecuárias quanto atividades não agropecuárias, por vezes incentivadas por políticas públicas. Para melhor compreensão desses espaços e dos aspectos pertinentes a sua formação, tais como os culturais, espaciais, econômicos e políticos, buscou-se através de um estudo de caso entender as especificidades que levaram a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar no Município de Domingos Martins (ES) – a escolha deste município se deve tanto a importância quanto à quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar existentes em seu território, além do crescimento de atividades não agrícolas dentro dos estabelecimentos rurais, principalmente de atividades relacionadas ao agroturismo. Percebemos – por meio da análise dos estabelecimentos pertencentes aos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins – a relação existente entre os espaços pluriativos da agricultura familiar e o turismo rural, o agroturismo e/ou o ecoturismo. Assim, identificamos o turismo como elemento catalisador de políticas públicas e compreendemos que por meio dele as propriedades rurais familiares são construídas e/ou transformadas para o atendimento de uma demanda turística, o que se manifesta a partir da introdução de práticas pluriativas no interior desses mesmos espaços.

Comportamento Morfodinâmico de uma Vertente com Latossolo mm Venda Nova do Imigrante – ES.

Rosilene Bermond Fileti

RESUMO

A dissertação associa os processos morfodinâmicos vigentes ao comportamento mecânico de um Latossolo Vermelho-Amarelo residual de gnaíse, de uma vertente policonvexa situada no distrito de São João de Viçosa, município de Venda Nova do Imigrante – ES. O aporte metodológico foi baseado em Ab'Saber (1969), método tripartite e análise integrada do relevo, feições mínimas, como proposto por Colângelo (1996) e em procedimentos da mecânica dos solos. Para compreender a dinâmica do fluxo superficial e a relação com os movimentos de material das vertentes gerou-se um produto cartográfico que corresponde a uma compartimentação geomorfológica da área. As relações de causa e efeito que os eventos pluviométricos, o comportamento da água no solo e as ações antrópicas exercem sobre a área estudada permitiu avaliar a estabilidade da vertente. Para tal, foram realizados ensaios de caracterização do solo, análises físicas acerca de porosidade, condutividade hidráulica e outros, assim como a determinação

dos parâmetros de resistência indicaram que a estrutura do Latossolo amostrado influencia, em grande parte, na resistência ao cisalhamento. Constatou-se, portanto, que as alterações na dinâmica natural da vertente em decorrência do uso e da abertura de cortes para ampliação de vias e da ocupação, têm relação direta com a instabilização do solo.

Construção de Proposta Metodológica para Mapeamento Participativo de Mobilidade Urbana: Estudo No “Território do Bem” – Bairro São Benedito – Vitória/ES.

Talita Guimarães Fonseca de Pinho

RESUMO

O mapeamento participativo se constitui como uma ferramenta que favorece a consolidação de direitos sociais de comunidades específicas, por contribuir na concretização de princípios e práticas democráticas. No entanto, para que a participação seja a base desse processo, faz-se necessário adotar metodologias específicas capazes de nortear as atividades planejadas, atendendo às características e às necessidades da comunidade interessada. As metodologias de mapeamento participativo têm sido desenvolvidas com maior frequência em e por comunidade tradicionais e no meio rural e pouco em situações urbanas de ocupação informal. Esta pesquisa objetiva organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como referência para o estudo o bairro São Benedito, localizado no município de Vitória/ES, em uma região denominada “Território do Bem”. Para tanto, o presente estudo apresenta revisão bibliográfica sobre mapeamento participativo e sobre os elementos do espaço geográfico existentes e suas forças nesse bairro, pertinentes para o desenvolvimento de mapeamento participativo, considerando os aspectos da região “Território do Bem”; discorre sobre o contexto das comunidades nele inseridas; sistematiza experiências de mapeamento participativo; e propõe metodologia de mapeamento participativo para mobilidade urbana. As entrevistas e observações na área em estudo foram realizadas com suporte e apoio da Organização Não Governamental “Ateliê das Ideias” e com parceria do Laboratório de Tecnologias Sociais, do Instituto Federal do Espírito Santo, no projeto “Mapa do Bem”. A proposição metodológica construída foi discutida com atores sociais relevantes para a temática, com vistas à sua validação. Nos resultados obtidos com a pesquisa constatou-se que ainda temos muito a evoluir para que o mapeamento seja realmente participativo e a inovação das tecnologias georreferenciadas colabora muito para tal fato. Propuseram-se, também, as sugestões de mobilidade na região do “Território do Bem” que possui uma população rica em contrastes e com participação ativa.

A produção do espaço urbano de Vitória – ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do Século XX.

Vanderson Moreira Silva Alves

RESUMO

O trabalho discute a produção do espaço urbano da cidade de Vitória - ES pela construção imobiliária entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O desenvolvimento do trabalho seguiu pautado pelo estudo das formas de produção da construção numa perspectiva histórica com a finalidade de investigar e compreender as características de cada forma de produção e do processo produtivo da construção. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa foi definido pelas formas de produção da construção verificadas durante o processo de construção da cidade. Até a abolição da escravatura, o trabalho do escravo foi plenamente utilizado nas construções por encomenda em Vitória. O aluguel de escravos no trabalho de construir gerava um ganho na forma de renda ao proprietário de escravos. Com o fim da escravidão, observou-se que os imóveis urbanos assumiram o papel de objeto de valor para os proprietários. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre também repercutiu no setor da construção. A chegada dos imigrantes europeus, principalmente dos italianos, em Vitória trouxe mudanças no processo de construção da cidade. O italiano difundiu o uso de novos materiais e novas técnicas construtivas que contribuíram para o embelezamento da cidade e para a valorização dos imóveis. Contudo, a formação do mercado imobiliário se deu de maneira lenta na cidade. A construção de moradias para a venda, em Vitória, só ocorreu a partir dos anos 1950. Desta forma, este trabalho investigou o desenvolvimento da construção imobiliária em Vitória tendo por base as formas de produção da construção e o desenvolvimento do processo produtivo deste setor.